





Resenha do artigo intitulado “Mutação Constitucional: O Caso do Fim da Prisão do Depositário Infiel”


Review of the article titled: Constitutional Mutation: The case of the End of the Civil Prisonment of the Unfaithful Depository

 ARK: 44123/multi.v5i9.1101

Recebido: 10/12/2023 | Aceito: 12/04/2024 | Publicado on-line: 17/04/2024

Jonthan Gabriel Rojas de Aguiar¹


 <https://orcid.org/0009-0006-2917-1075>


 <http://lattes.cnpq.br/5528635154319409>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: jonthaguiar@outlook.com

Neemias Ferreira dos Santos²

 <https://orcid.org/0009-0007-1679-6989>

 <http://lattes.cnpq.br/8660190043039005>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: neemiasantos18@gmail.com

Resumo

Esta   uma resenha do artigo intitulado “Muta o Constitucional: O caso do fim da prisão do depositário infiel”. Este artigo   de autoria de: Jonathan Gabriel Rojas de Aguiar; Neemias Ferreira dos Santos. O artigo aqui resenhado foi publicado no per dico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, Ano VIII, Vol.VIII, n.31, jul./set., 2017. O trabalho, aqui elaborado,   para a obten o do grau em Direito no *Centro Universitário Processus – UniProcessus*.

Palavras-chave: Resenha. Depositário Infiel. Obten o do grau.

Abstract

This is a review of the article entitled: “Constitutional Mutation: The case of the end of the prison of the unfaithful depository”. This article is authored by: Jonathan Gabriel Rojas de Aguiar. Neemias Ferreira dos Santos. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, Year VIII, Vol. VIII, n.31, Jul./Sep., 2017. The work, elaborated here, is to obtain degree in Law at Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Keywords: Review. Depository Infaithful. Obtain Degree.

¹ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Mutação Constitucional: O Caso do Fim da Prisão do Depositário Infiel” O artigo   de autoria de Fabiana da Silva Guimarães Milhomem. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, Ano VIII, Vol.VIII, n.31, jul./set., 2017.

Quanto   autora deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo dela. Muito do que compõe a forma o ou a experiência de um(a) autor(a) contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conhe amos, então, um pouco sobre cada um dos autores. A autora Fabiana da Silva Guimarães Milhomem   acad mica de Direito da Faculdade Processus/Brasília/DF e teve como orientador no processo de elabora o do artigo o professor MSC Álvaro Osório do Valle Simeão.

Como primeira autora, Fabiana da Silva Guimarães Milhomem   graduanda no curso de Direito pela UniProcessus. Formada em Ciência da Computa o, com especializa o em Redes de Computadores pela Universidade Católica de Brasília (2001).   servira do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Terr rios (TJDFT) e sua área de atua o   Redes de Computadores e Gestão de Conhecimento e de TI. O Currículo Lattes está disponível no link: <http://lattes.cnpq.br/6619395005139911>

O professor MSC Álvaro Osório do Valle Simeão, como segundo autor, foi orientador do artigo. Ele possui gradua o em Direito pela Universidade Federal do Piauí (1997) e   pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes - Rio de Janeiro (2004), além de Mestre em Direito das Rela es Internacionais e Doutor em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - Uniceub/DF (Disserta o e Tese na área de Direito e Jurisdi o Constitucional). Ocupa o cargo público efetivo de Advogado da União - Advocacia-Geral da União. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Administrativo e Processual, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria constitucional, Controle de constitucionalidade, Direito Eleitoral, Direito Administrativo Disciplinar, Constitucionalidade indígena e quilombola e Princípios regedores da Administra o Pública. Seu currículo completo   encontrado no link: <http://lattes.cnpq.br/1603916573234996>.

O artigo   dividido nos seguintes capítulos: introdu o; Previsão Constitucional da Prisão do Depositário Infiel; Os tratados Internacionais que vedam a prisão do depositário infiel, subdividido em: 1. Pactos Internacionais dos Direitos Civos e Políticos e 2. Pacto de São José da Costa Rica, Razões de ter havido a extin o da prisão do depositário infiel; Manuten o da prisão do devedor de alimentos (Conflito vida x liberdade); Entendimento do STF acerca da Prisão Civil do Depositário Infiel até a EC 45/2004; Entendimento do STF acerca da Prisão Civil do Depositário Infiel após a EC 45/2004; Da Muta o Constitucional – Prisão Civil do Depositário Infiel, conclusão, e referências.

O tema deste artigo   “Muta o Constitucional: O Caso do Fim da Prisão do Depositário Infiel”. Foi discutido o seguinte problema “a prisão civil encontra respaldo na Constitui o, no entanto, sua regulamenta o decorre diretamente da legisla o infraconstitucional, o que deu margem para este artigo, uma vez que os Tratados de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil revogaram todas as normas infraconstitucionais em desacordo com o seu contexto”. O artigo partiu da seguinte hipótese “A prisão civil não deve ser confundida com a prisão penal ou administrativa, para que se tenha o correto entendimento de depositário infiel”.

Neste artigo, o objetivo geral foi “analisar a decisão final proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quanto à questão da possibilidade de prisão do depositário infiel.”. Os objetivos específicos foram: “verificar as previsões constitucionais sobre o tema, bem como se analisar os tratados internacionais que regularam este tema, ou seja, a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como o Pacto de São José da Costa Rica, bem como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Em seguida, fez-se um estudo da doutrina sobre o tema e uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal até o ano de 2008, quando houve a Mutação Constitucional da Corte Suprema Brasileira sobre este tema”.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “Durante muitos anos houve uma instabilidade jurídica quanto ao tema deste artigo, o que até nos dias atuais deixa um legado para estudo.”.

A metodologia utilizada para a constru o da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado, embora não descrita pela autora de forma explícita, foi a de levantamento bibliográfico. O artigo possui referências de autores especializados na área de debate e ainda de forma direta, ela faz as cita es desses autores no corpo do texto.

Numa introdu o sucinta, Fabiana Milhomem, em uma sequência de defini es, iniciou o artigo instruindo o leitor quanto   prisão civil por d vida, destacando-a como “instituto arcaico”. Logo, ressaltou que o termo depositário infiel se refere   pessoa a quem   repassado alguma coisa, em depósito e não executa sua obriga o. Habilmente, Milhomem destaca no texto que a prisão civil tem sua finalidade no âmbito econ mico.

A autora põe em loco que mesmo que o depositário infiel e o devedor de inadimplemento de obriga o alimentar tenham a prisão civil com embasamento Constitui o Federal (BRASIL, 1988), esta, determina a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil. Temos ainda como base fundamental para as intera es entre os estados no plano internacional, os direitos humanos. O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, através da Emenda Constitucional n  45/2004 (BRASIL, 2004), equiparou os acordos internacionais de hierarquia infraconstitucional às leis federais, cabendo ao mesmo a exclusividade de observar inconstitucionalidade dos tratados acordados no âmbito internacional.

Em sua aptidão de alertar o leitor, a autora salienta a soberania da República Federativa do Brasil, o qual possui autodetermina o para compactuar com acordos de dimensão internacional. No caso do depositário infiel, entretanto os acordos realizados sobre os direitos humanos contrariaram o disposto, a respeito na prisão civil do depositário infiel, na Carta Magna do país. (MILHOMEM, 2017. p. 19).

A Conven o Americana de Direitos Humanos (Pacto São José da Costa Rica, 1969), por exemplo, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, condena a prisão civil por d vida do depositário infiel. O que tornou mister a análise de julgados do Supremo Tribunal Federal, que a autora fez, e muito bem feito, para que fosse possível compreender todo o processo de mudança que ocorreu na Corte desde a adesão do Brasil ao Pacto.

Como bem citado ainda no artigo, com advento da assinatura dos acordos citados, houve um choque entre o direito fundamental   liberdade e   propriedade. Em seu arcabouço jurídico, a Constitui o Federal firmou a liberdade entre as cláusulas pétreas no artigo 60,   4  (BRASIL, 1988). O direito   liberdade de locomo o   garantido como um dos direitos fundamentais (DORIA, 1953, p. 252. t. 2.). Sendo assim, o direito de propriedade do credor, no caso concreto, passa para segundo plano em detrimento ao do direito de liberdade do depositário infiel. Toda

essa controvérsia exigiu do Supremo Tribunal Federal uma decisão definitiva sobre o tema. Por muitos anos, a compreensão adota era a de que o Pacto de São José da Costa Rica tinha sua natureza infraconstitucional (Ementa do *Habeas Corpus* nº 72.131). Os tratados internacionais então, não poderiam violar a normatividade da Constituição.

A Emenda Complementar nº 45/2004 (BRASIL, 2004) modificou a situação dos acordos internacionais correspondente aos Direitos Humanos. O cumprimento do rito estabelecido para a aprovação desses tratados conferiu a eles o status de supralegais. A Emenda referida abriu espaço para uma nova interpretação do Supremo Tribunal Federal resultando em uma mutação constitucional. A procuradora do estado de São Paulo Flavia Cristina Piovesan explica essa situação afirmando que, uma vez os votos (dois quintos da casa), necessários apurados, garante o grau de legitimidade necessária para serem observados os artigos propostos, já que os representantes votantes ali representam o povo. A autora do artigo, em uma exposição bem elaborada, clarifica ao leitor que, diante dessa nova Emenda Complementar, a hierarquia infraconstitucional dos tratados internacionais de direitos humanos passou a ter status superior dos demais. Conseqüentemente, toda discussão acerca da legalidade da prisão do depositário infiel se dissolve, uma vez que em o artigo tem base na cláusulas pétreas e tem caráter supralegal. (MILHOMEM, 2017. p. 25 à 27).

Poderíamos esperar, por obviedade, uma mudança constitucional que ratificasse o final do art. 5 da Constituição Federal de 1988. Entretanto, é de suma importância salientar que a mutação constitucional nos possibilita a mudança na interpretação da lei, sem que a letra passe por alteração. (LENZA, 2017. p. 168)

Por fim, mas não menos relevante, é de grande valia a declaração da autora sobre a necessidade da Constituição adaptar-se às transformações, tanto sociais, como morais, adaptando na realidade sociopolítica. Mesmo não havendo a alteração física, é de se esperar do interpretador a habilidade de contextualizar as normas ao novo cenário, onde os direitos humanos têm sido observados de forma coletiva e individual. (MILHOMEN, 2017. p. 30).

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL, Constituição Federal, 1988. Emenda Complementar nº 45 de 2004.

DÓRIA, Antônio de Sampaio. Direito constitucional (curso e comentários à Constituição). 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020.

DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI:

10.5281/zenodo.4319105. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em:
<<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 2017.

MILHOMEM, Fabiana da Silva Guimarães. Mutação Constitucional: O caso do fim da prisão do depositário infiel. “**Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**”, Ano VIII, Vol.VIII, n.31, jul./set., 2017. Disponível em:
<<https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/82> >. Acesso em: 25 mai. 2023.